

# Caderno de Encargos

## **Aquisição de carpintarias e torneiras para o Edifício dos Paços do Concelho Município de Vila Nova de Gaia**

## Índice

PARTE I – Do Contrato .....	3
Cláusula 1.ª- Objeto .....	3
Cláusula 2.ª- Contrato.....	3
Cláusula 3.ª- Prazos .....	3
Cláusula 4ª - Preço base .....	4
Cláusula 5.ª- Obrigações principais do fornecedor.....	4
Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo.....	6
Cláusula 8.ª- Preço contratual .....	6
Cláusula 9.ª- Condições de pagamento .....	6
Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais .....	8
Cláusula 11.ª- Resolução do contrato.....	8
Cláusula 12ª - Cessão da posição contratual .....	9
PARTE II Condições de Execução do Contrato .....	9
Cláusula 13ª - Local e conformidade da entrega dos bens.....	9
Cláusula 14.ª- Transferência de propriedade .....	10
Cláusula 15.ª- Inspeção.....	10
Cláusula 16.ª- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias .....	10
Cláusula 17.ª- Garantia Técnica dos bens.....	10
Cláusula 18.ª - Patentes, licenças e marcas registadas.....	10
Cláusula 20.ª – Proteção de dados pessoais.....	11
Cláusula 21.ª – Avaliação de Fornecedores .....	12
Cláusula 22.ª Acompanhamento da execução do contrato .....	13
PARTE III – Disposições Finais .....	13
Cláusula 23.ª- Foro competente .....	13
Cláusula 24.ª- Comunicações e notificações .....	13
Cláusula 25.ª- Contagem dos prazos na fase de execução do contrato .....	14
Cláusula 26.ª- Produção de efeitos.....	14
Cláusula 27.ª- Legislação aplicável.....	14
PARTE IV – Especificações Técnicas .....	14
Cláusula 28.ª - Especificações Técnicas dos bens a fornecer.....	14

## PARTE I – Do Contrato

### Cláusula 1.ª- Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de carpintarias e torneiras para os Paços do Concelho, de acordo com as especificações técnicas, definidas na parte IV do presente caderno de encargos.

### Cláusula 2.ª- Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A Proposta Adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3.ª- Prazos

1 - O contrato resultante do presente procedimento mantém-se em vigor até à entrega total dos bens a qual nunca poderá ser superior a 90 dias, contados após a sua outorga , sem prejuízo do prazo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Cláusula 4ª - Preço base

- 1 - O preço base, para efeitos do presente procedimento, é de € 8.196,00 (oito mil, cento e noventa e seis euros) correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato
- 2 - O preço base mencionado no número anterior foi determinado em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta preliminar ao mercado, realizada ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP
- 3 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a proposta do fornecedor também não poderá ultrapassar os seguintes preços bases unitários fixados:

Artigo	Designação/Descrição	UN	Quantidade	Preço base unitário
1.1	Balcão de receção Ba_1 com a dim. genérica de 2200x800x1150mm, em estrutura de madeira com acabamento em painéis folheados e ripas de madeira maciça, composto por dois módulos desmontáveis, a executar conforme desenho de pormenor, no anexo I.	un	1,00	3.150,00€
1.2	Balcões para a copa Ba_2, composto por 4 módulos inferiores com tampo, uma bancada e 2 prateleiras superiores, executados em painéis de MDF laminado tipo "Fibraplast" com a Ref. "78E White SR209 Soft III" com 16mm de espessura, ou equivalente, incluindo tampo tipo "Corian" ou equivalente, com banca, a executar conforme desenho de pormenor, no anexo I.	un	1,00	4.850,00€
2.1	Torneira de banca com bica extensível tipo "W 7" modelo "WLIPSSI003", ou equivalente.	un	1,00	111,00€
2.2	Torneira para máquina de lavar tipo "W 7" série "Casual", modelo "WMILO017", ou equivalente.	un	1,00	85,00€

#### Cláusula 5.ª- Obrigações principais do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais, , entre outras que se considerem essenciais:

- a. Obrigação de entrega e montagem dos bens identificados na sua proposta;

- b. Obrigação de garantia dos bens;
- c. Obrigação de continuidade de fabrico;
- d. Formação aquando da montagem dos bens, quando necessário, sobre a utilização e manutenção destes;
- e. Entrega dos bens, que deverá ser realizada, no Edifício dos Paços do Concelho, em dia(s) e horário, a acordar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário na execução do contrato;
- f. Entrega de todos os bens deverá ser realizada, no máximo, 90 dias após a celebração do contrato.
- g. Após entrega dos bens, e quando se verifique danificação dos mesmos, o fornecedor tem um prazo máximo de substituição de 10 dias;
- h. O prazo de garantia não pode ser inferior ao determinado no Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, na sua atual redação, que regula os direitos do consumidor na compra e venda dos bens, conteúdos e serviços digitais, transpondo as Diretivas (EU) 2019/771 e (EU) 2019/770.

3 - O fornecedor deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4 - Obriga-se também o fornecedor a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato

#### **Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo**

1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Gaia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 8.ª- Preço contratual**

- 1 — Pelo fornecimento e montagem dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve pagar ao fornecedor o preço total constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3 — Não haverá lugar à revisão de preços.

**Cláusula 9.ª- Condições de pagamento**

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção, pelo Município de Vila Nova de Gaia, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega total dos bens objeto do contrato.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Gaia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo fornecedor ou através de emissão de cheque.
- 5 - Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010,

de 27 de abril.

6 - As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:

- i. através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
- ii. através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para [faturas@cm-gaia.pt](mailto:faturas@cm-gaia.pt), anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o respetivo ficheiro XML, com a estrutura necessária para o efeito (ver nota seguinte).

6.1. O tratamento das faturas remetidas através de email, para o endereço [faturas@cm-gaia.pt](mailto:faturas@cm-gaia.pt), é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo o ficheiro PDF devidamente assinado, o ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente) e, deve ser indicado o email por onde serão enviadas as faturas eletrónicas para inclusão do mesmo na lista de endereços da respetiva plataforma onde será feita a receção e integração das mesmas

A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, podendo o fornecedor esclarecer as suas dúvidas através do email [support@yetspace.com](mailto:support@yetspace.com).

6.2. A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.

6.3. O fornecedor deverá fazer constar da fatura, entre outros dados, o número de compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LPCA) e o inerente diferimento do seu pagamento.

7 - Caso não estejam obrigados à emissão de faturação eletrónica, que sucede, designadamente, nos casos de aquisições resultantes de um procedimento ao abrigo de ajuste direto simplificado (n.º 3 do artigo 128.º do CCP, na sua redação atual), ou, nos casos de contratos declarados secretos ou acompanhados de medidas especiais de segurança (n.º 2 do artigo 299.º-B do CCP), nem pretendam fazer o seu envio por essa via, devem os originais das faturas em suporte de papel, devidamente autenticados, ser entregues

ou remetidos por correio postal devidamente endereçado ao Município de Vila Nova de Gaia.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>- Penalidades contratuais**

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária de até 0,1% do valor do contrato, por dia útil de atraso.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Gaia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Vila Nova de Gaia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Gaia exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>- Resolução do contrato**

- 1 – O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito;
- 3 - O contrato pode também ser resolvido através do Município de Vila Nova de Gaia caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do fornecedor:
  - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
  - b) Prestação de falsas declarações;
  - c) Estado de falência ou insolvência;

d) Cessação da atividade;

e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

4 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao fornecedor.

5 - O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

6 - O contraente público pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, nos casos de incumprimento do cocontratante previsto no artigo 333.º, por razões de interesse público nos termos do artigo 334.º e ainda por alteração anormal e imprevisível de acordo o disposto no artigo 335.º do CCP.

#### **Cláusula 12ª - Cessão da posição contratual**

1 - A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante e rege-se pelo preceituado nos artigos 316.º a 318.º do CCP.

2 - Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode determinar a cessão da posição contratual, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.

3 - No caso do número anterior, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

### **PARTE II Condições de Execução do Contrato**

#### **Cláusula 13ª - Local e conformidade da entrega dos bens**

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Edifício dos Paços do Concelho, em horário a acordar entre a Entidade Adjudicante e o fornecedor.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 - Sempre que solicitado, o fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

4 - São da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com transporte e montagem dos bens e respetivos documentos.

**Cláusula 14.ª- Transferência de propriedade**

Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

**Cláusula 15.ª- Inspeção**

- 1 - Efetuada a entrega e montagem dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar a operacionalidade dos mesmos e se reúnem as características e especificações definidas, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar ao Município de Vila Nova de Gaia, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

**Cláusula 16.ª- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

- 1 — No caso de os bens objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
- 2 — No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Gaia, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.

**Cláusula 17.ª- Garantia Técnica dos bens**

- 1 - É aplicável, por força do artigo 444º do Código dos Contratos Públicos, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor.
- 2 — No seguimento do descrito no número anterior, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo legal a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula ... 5 ,

bem como outros que estejam elencados no presente Caderno de Encargos que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

- 3 - Nos termos da lei vigente e da presente cláusula, o profissional é responsável por qualquer falta de conformidade que se manifeste no prazo de três anos a contar da entrega do bem, excetuados os casos já previstos em legislação especial ou, salvo se prazo diferente, vier explicitamente mencionado nas peças do procedimento.

#### **Cláusula 18.ª - Patentes, licenças e marcas registadas**

- 1 - Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
- 2 - O Município de Vila Nova de Gaia não assume qualquer responsabilidade por Infrações cometidas pelo fornecedor, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

#### **Cláusula 20.ª – Proteção de dados pessoais**

- 1 - Constituem obrigações do fornecedor, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
  - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
  - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
  - c. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
  - d. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
  - e. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
  - f. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

- 2 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
- 3 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
- 4 - Finda a vigência do contrato, o fornecedor tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

#### **Cláusula 21.ª – Avaliação de Fornecedores**

- 1 – Aquando da receção da última fatura e no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, é feita a avaliação de cada fornecedor/ prestador, referente a toda a execução do contrato, de acordo com os seguintes critérios:
  - I. Cumprimento dos prazos de entrega - Análise do desempenho do Fornecedor/Prestador no que respeita à adequação dos prazos de entrega às necessidades do MVNG, identificando atrasos nas entregas, aplicando a seguinte pontuação:
    - 1 – Entrega ou presta o serviço com atraso com implicações para o funcionamento do serviço(s);
    - 3 – Entrega ou presta o serviço com atraso sem implicações para o funcionamento do serviço(s);
    - 5 – Entrega ou presta o serviço no prazo.
  - II. Cumprimento das especificações – Capacidade do fornecedor/prestador em cumprir as condições contratualizadas/especificações dos produtos solicitados:
    - 1 – Entrega ou presta serviço inadequado e/ou com impacto na satisfação dos serviços;
    - 3 – Entrega ou presta serviço com deficiências, mas que não têm impacto na satisfação dos serviços;
    - 5 – Entrega ou presta serviço adequado.
  - III. Faturação - Análise do desempenho do Fornecedor/Prestador no que respeita à emissão da (s) fatura (s)
    - 1 – Existiram problemas de faturação que levou à devolução de faturas;
    - 3 – O Fornecedor/Prestador teve dificuldades na faturação, mas nunca levou à devolução;
    - 5 – O Fornecedor/ Prestador faturou sempre com integral cumprimento contratual.

- 2 – Os resultados obtidos nos critérios referidos no ponto anterior serão convertidos em SATISFAZ/ NÃO SATISFAZ, através da média, sendo de SATISFAZ quando o valor obtido seja igual ou superior a 3 e de NÃO SATISFAZ quando inferior a 3.
- 3– O resultado obtido em cada contrato será disponibilizado na plataforma de Contratação Pública no campo “avaliação do procedimento” correspondente, sendo anualmente notificados (via plataforma eletrónica) da média dos resultados obtidos.

#### **Cláusula 22.ª Acompanhamento da execução do contrato**

- 1 – É nomeado um Gestor de Contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.º - A do CCP.
- 2 – Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a *requisição / nota de encomenda / pedido de* a remeter ao Adjudicatário.

### **PARTE III – Disposições Finais**

#### **Cláusula 23.ª- Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 24.ª- Comunicações e notificações**

- 1 – Todas as notificações e comunicações relativas à fase de execução do contrato, incluindo as respeitantes à aplicação de sanções contratuais, serão efetuadas, apenas, por correio eletrónico, nos termos da possibilidade admitida no artigo 468º do CCP.
- 2 – No contrato serão identificados os endereços de correio eletrónicos para onde devam ser remetidas as notificações e comunicações referidas no número anterior, sendo que qualquer alteração no endereço eletrónico deve ser comunicada à outra parte.
- 3 – As notificações e comunicações remetidas nos termos dos números anteriores, consideram-se feitas no dia da respetiva expedição (envio), cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 469º do CCP.

#### **Cláusula 25.ª- Contagem dos prazos na fase de execução do contrato**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

#### **Cláusula 26.ª- Produção de efeitos**

1 – Nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato produz efeitos na data da sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

#### **Cláusula 27.ª- Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

### **PARTE IV – Especificações Técnicas**

#### **Cláusula 28.ª - Especificações Técnicas dos bens a fornecer**

1 – O presente procedimento tem por objeto o fornecimento e montagem de bens para o Edifício dos Paços de Concelho, que foi alvo de obras de reabilitação, de acordo com a listagem de artigos a seguir discriminada:

<b>Artigo</b>	<b>Designação/Descrição</b>
<b>1.1</b>	Balcão de receção Ba_1 com a dim. genérica de 2200x800x1150mm, em estrutura de madeira com acabamento em painéis folheados e ripas de madeira maciça, composto por dois módulos desmontáveis, a executar conforme desenho de pormenor, no anexo I.
<b>1.2</b>	Balcões para a copa Ba_2, composto por 4 módulos inferiores com tampo, uma bancada e 2 prateleiras superiores, executados em painéis de MDF laminado tipo “Fibraplast” com a Ref. “78E White SR209 Soft III” com 16mm de espessura, ou equivalente, incluindo tampo tipo “Corian” ou equivalente, com banca, a executar conforme desenho de pormenor, no anexo I.

2.1	Torneira de banca com bica extensível tipo “W 7” modelo “WLIPSSI003”, ou equivalente.
2.2	Torneira para máquina de lavar tipo “W 7” série “Casual”, modelo “WMILO017”, ou equivalente.

2 – Os bens a fornecer deverão ser certificados e com marcação CE (indicativo de conformidade obrigatória para diversos produtos comercializados no Espaço Económico Europeu), se aplicável, e com as características técnicas determinadas na listagem constante no ponto anterior.

2.1 - Os fornecimentos serão executados de acordo com a cláusula 5.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, tendo sempre por referência os preços unitários resultantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2.2 - Os bens serão instalados no Edifício dos Paços do Concelho.

Sempre que necessário, deverá ser realizada uma visita prévia, sob pedido do Município de Vila Nova de Gaia ou do fornecedor, para marcação e definição das infraestruturas necessárias ao funcionamento do equipamento a instalar, bem como para conhecimento do local e condições de acesso.

2.3 - Sempre que se revele necessário, a entidade adjudicante acorda data e horário para formação relativa à montagem dos bens, sobre a utilização e manutenção do bem.

2.4 - Após entrega dos bens, e quando se verifique danificação dos mesmos, o fornecedor tem um prazo máximo de substituição de 10 dias.

3. Relativamente aos artigos que compõem as “**carpintarias**”, refere-se o seguinte:

**Artigo 1.1. – Balcão de receção Ba\_1 com a dim. genérica de 2200x800x1150mm, em estrutura de madeira com acabamento em painéis folheados e ripas de madeira maciça, composto por dois módulos desmontáveis (Anexo I)**

#### **I- Critério de medição**

Medição por conjunto, (cj).

#### **II- Descrição do artigo**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e montagem da estrutura do balcão;
- O fornecimento e montagem dos painéis;
- O fornecimento e montagem dos elementos de acabamento;
- O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios;
- O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;
- Os cortes e remates necessários.

#### **III- Condições técnicas**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) O armário terá a dimensão genérica de 2200(C)x800(L)x1150(A)mm sendo composto por dois módulos amovíveis com estrutura de madeira e painéis de acabamento em MDF folheado;
- b) O balcão será executado conforme indicado nas peças desenhadas;
- c) A estrutura dos módulos será composta por prumos em madeira maciça de pinho tratado com a secção 40x40mm;
- d) A estrutura do módulo inferior terá um conjunto de 3 círculos horizontais em Aglomerado com 19mm de espessura, fixos aos prumos verticais para criar a base de aplicação do painel curvo;
- e) A base do tampo será reforçada com um prumo de aço inox com a secção 30x30mm;
- f) As frentes e ilhargas do módulo superior serão constituídos por painéis em MDF com 19mm de espessura, folheado a madeira de “Ipê”;
- g) A secção curva do módulo superior será executada em MDF folheado com folha de madeira de “Ipê” com 4mm de espessura;
- h) O módulo superior terá um pater em aço para fixação à parede, com dois varões roscados de 10mm;
- i) O módulo inferior será executado com a aplicação de um painel em MDF com 4mm de espessura folheado a madeira de “Carvalho”, sobre os elementos estruturais;
- j) Sobre o painel de madeira de “Carvalho” serão aplicados os elementos verticais em madeira maciça de “Ipê”;
- k) As peças serão fixas por colagem com cola de montagem tipo “Pattex PL600 Montafix”, ou outro sistema a submeter à aprovação do projetista;
- l) Está incluído neste artigo o acabamento de todos os elementos em madeira com verniz aquoso acetinado tipo “Movidur Super Acetinado” da “CIN”, com cor a definir pelo Projetista;
- m) Deverá ser garantida a possibilidade de desmontagem e remontagem do balcão sempre que necessário, designadamente dos seus módulos superior e inferior;
- n) Trata-se do balcão de acolhimento Ba\_1, a instalar no átrio de entrada, conforme indicado nas peças desenhadas.

**Artigo 1.2 – Balcões para a copa Ba\_2, composto por 4 módulos inferiores com tampo, uma bancada e 2 prateleiras superiores, executados em painéis de MDF laminado tipo “Fibraplast” com a Ref. “78E White SR209 Soft III” ou equivalente, com 16mm de espessura, incluindo tampo em “Corian” com banca (Anexo I)**

#### **I- Critério de medição**

Medição por conjunto, (cj).

#### **II- Descrição do artigo**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a) O fornecimento e montagem dos módulos estruturais;
- b) O fornecimento e montagem das gavetas e prateleiras;
- c) O fornecimento e montagem das frentes de portas e gavetas;
- d) O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento

- e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;
- e) O fornecimento e colocação dos tampos, bancas, lavatórios e acessórios;
  - f) O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios;
  - g) A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante;
  - h) Os cortes e remates necessários.

### III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) O balcão será composto por 4 módulos inferiores com tampo, uma bancada e 2 prateleiras superiores, e lava-louça, com as dimensões totais de 2400x630x1480mm (2x);
- b) Será executado conforme indicado nas peças desenhadas;
- c) O balcão será constituído por 4 módulos inferiores, uma bancada e duas prateleiras superiores:
  - 1 módulo baixo M1\_1 (600x600x800mm) para frigorífico combinado de encastrar, com uma porta em painel de MDF laminado do tipo "Fibraplast" com a Ref. "78E White SR209 Soft III" com 16mm de espessura;
  - 1 módulo baixo MB\_2 (600x600x800mm) para máquina de lavar loiça, com frente em painel de MDF laminado do tipo "Fibraplast" com a Ref. "78E White SR209 Soft III" com 16mm de espessura;
  - 1 módulo baixo MB\_3 para banca (600x600x800mm), com porta em painel de MDF laminado do tipo "Fibraplast" com a Ref. "78E White SR209 Soft III" com 16mm de espessura;
  - 1 módulo baixo de gavetas Mb\_4 (600x600x800mm) com um conjunto de 4 gavetas, com frentes em painel de MDF laminado do tipo "Fibraplast" com a Ref. "78E White SR209 Soft III" com 16mm de espessura;
- 1 bancada BN\_1 com a dimensão de (2400x500x830mm), com estrutura em perfis de aço inox 30x30mm e tampo em "Corian" com 20mm de espessura;
- 2 prateleiras superiores PS\_1 com a dimensão de 1800x350mmx32mm, executada com dois painéis justapostos de MDF laminado do tipo "Fibraplast" com a Ref. "78E White SR209 Soft III" com 16mm de espessura, incluindo sistema de fixação e orlada em todas as faces;
- d) A estrutura base dos módulos será constituída por painéis de MDF laminado tipo "Fibraplast" com a Ref "78E-White SR209" e acabamento "Soft III" da "Finsa" com 16mm de espessura para as ilhargas e 10mm para o fundo;
- e) O interior dos armários e das portas, serão executados em MDF hidrófugo revestido a melamina com acabamento branco, tipo "Fibraplast" com a Ref "78E-White SR209";
- f) As portas e gavetas terão puxadores de asa tipo "JNF" Ref. "IN.22.202" com 8mm de diâmetro e 136mm de comprimento, com acabamento satinado;
- g) As portas terão um conjunto de 3 dobradiças tipo "Blum";
- h) O tampo a aplicar sobre os módulos baixos terá 2400mm de comprimento e 630mm de largura, sendo executado em placas de MDF que apoiam sobre os módulos inferiores, revestidos a resina acrílica do tipo "Dupont Corian", cor Branca com 25mm de esp., este

- trabalho deverá ser executado por profissionais certificados pela própria marca do produto;
- i) O tampo da bancada de apoio terá 2400mm de comprimento e 500mm de largura, sendo executados em placas de MDF que apoiam sobre a estrutura inferior, revestidos a resina acrílica do tipo "Dupont Corian", cor Branca com 25mm de esp., este trabalho deverá ser executado por profissionais certificados pela própria marca do produto;
  - j) Está incluído neste artigo o fornecimento e colocação da estrutura metálica de fixação das prateleiras PS\_1 às paredes;
  - k) Está incluído neste artigo a aplicação na parede ao longo de todo o tampo do balcão, de um painel em de MDF laminado tipo "Fibraplast" com a Ref "78E-White SR209" e acabamento "Soft III" da "Finsa", que será colocado nos espaços entre os tampos e as prateleiras superiores (630mm altura);
  - l) Inclui fornecimento e aplicação de lava-louça de encastrar em aço inox, tipo "Teka" modelo "Classic 1C 1E", com a dim. 860x500mm, com todos os acessórios incluídos;
  - m) Terá rodapé pré-fabricado em alumínio anodizado tipo "Profilpas" modelo "Metal Line 90" com 60mm de altura, idêntico ao que será aplicado nos restantes espaços;
  - n) Trata-se do balcão Ba\_2 e das respetivas prateleiras e bancadas, a colocar na copa de apoio situada no Piso 3.

4. Relativamente aos artigos que compõem as **"torneiras"**, refere-se o seguinte:

**Artigo 2.1 – Torneira de banca com bica extensível tipo "W 7" modelo "WLIPSSI003", ou equivalente (Anexo I)**

**I- Critério de medição**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

**II- Descrição do artigo**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- a) Fornecimento e montagem das torneiras;
- b) Fornecimento e montagem de todos os acessórios de fixação, montagem e funcionamento;
- c) Execução das vedações e selagens com silicone anti-fungos;
- d) Limpeza e teste de funcionamento;

**III- Condições técnicas**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projecto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- a) A torneira e acessórios a instalar será para bancada de cozinha tipo "W 7" modelo "WLIPSSI003", com bica extensível;
- b) Trata-se da torneira a colocar na banca da copa.

**Artigo 2.2 – Torneira para máquina de lavar tipo "W 7" série "Casual", modelo "WMILO017", ou equivalente**

**I- Critério de medição**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

## **II- Descrição do artigo**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- a) Fornecimento e montagem das torneiras;
- b) Fornecimento e montagem de todos os acessórios de fixação, montagem e funcionamento;
- c) Execução das vedações e selagens com silicone anti-fungos;
- d) Limpeza e teste de funcionamento;

## **III- Condições técnicas**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- a) A torneira a instalar será para máquina de lavar tipo “W 7” série “Casual”, modelo “WMILO017”;
- b) Terá acabamento cromado;
- c) Trata-se da torneira a colocar para ligação da máquina de lavar loiça.

**Anexo: anexo I - Projeto de mobiliário para o Edifício dos Paços do Concelho do Município de Vila Nova de Gaia.**